

De Março de 1999 a Dezembro 2003 — Direcção-Geral do Património, Ministério das Finanças:

Técnica superior de 2.ª classe, 1.ª classe e principal na Direcção de Serviços de Gestão Patrimonial;
Exercício de funções de jurista na área da gestão do património imobiliário do Estado;

De Agosto de 1993 a Fevereiro de 1999 — município de Setúbal, Núcleo de Apoio Jurídico ao executivo da Câmara Municipal:

Jurista;
Emissão de pareceres em matérias relativas às atribuições e competências das autarquias;

De Outubro de 1982 a Agosto de 1993 — município de Setúbal:

Técnica profissional de educação;

De 1977 a 1982 — Ministério da Educação:

Leccionou Português, Estudos Sociais e Francês nas Escolas Preparatórias de Luísa Todi, em Setúbal, de Sines, em Sines, e do Torrão, no Torrão.

Formação académica e profissional mais relevante:

2005 — seminário de alta direcção do INA; direcção — chefias;
2001 — curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas — dois semestres na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
1993-1994 — 1.ª e 2.ª fases do estágio da Ordem dos Advogados, Conselho Distrital de Lisboa;
1990 — conclusão da licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Ciências Jurídicas.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome Maria Filomena Carriço da Silva;
Data de nascimento — 24 de Dezembro de 1953.

Habilitações académicas:

Curso de contabilista, no Instituto Comercial de Lisboa;
Licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo de Administração Pública, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Experiência profissional:

Em 1974 ingressou como terceira-escriturária no Centro Nacional de Pensões, tendo sido reclassificada como adjunta técnica de contabilidade em 1976 como técnica de 2.ª classe;
Em 1977 transitou para o quadro do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, onde exerceu funções de coordenação de um sector de contribuições;
Em 28 de Abril de 1979 foi nomeada técnica superior de 1.ª classe;
Em 1983 foi requisitada para a Direcção-Geral do Património e colocada na Direcção de Serviços de Cadastro e Inventário onde foi afectada ao projecto de «Implementação do sistema de informação dos bens móveis corpóreos do Estado»;
Em 30 de Julho de 1985 tomou posse como técnica superior principal, onde exerceu funções de coordenação na Divisão de Controlo e Análise Estatística, desde Janeiro de 1986, e na Direcção de Serviços Especiais e de Inspecção Patrimonial, de Outubro de 1987 a Maio de 1988;
Promovida em 1991 a assessora e em Janeiro de 1995 a assessora principal;
Em Abril de 2004 foi nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão de Apoio Geral do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Formação profissional relevante — frequência e aprovação no seminário de alta direcção.

Despacho n.º 20 382/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Património publicitou, na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã*, de 29 de Abril de 2005, o procedimento destinado à selecção dos titulares do cargo de chefes de divisão da Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado aos quais competem desenvolver as actividades previstas nos artigos 11.º e 12.º do Decreto Regulamentar n.º 69/79, de 28 de Dezembro, mantido em vigor pelo Decreto Regulamentar n.º 59/80, de 10 de Outubro.

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de

Agosto, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

Analizadas as 11 candidaturas apresentadas, verifica-se que os candidatos Luís Filipe Bandeira Santana e Carlos Manuel Sebadelhe Sadio cumprem os requisitos obrigatórios e anunciados e possuem experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área dos cargos a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º, 21.º, n.º 8, e 37.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para exercerem os cargos de chefes de divisão da Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado da Direcção-Geral do Património os seguintes licenciados:

Luís Filipe Bandeira Santana, técnico superior principal do quadro da Direcção-Geral do Património;
Carlos Manuel Sebadelhe Sadio, técnico superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral do Património.

As presentes nomeações produzem efeitos a partir da data do despacho.

6 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

Currículo académico e profissional

Nome — Carlos Manuel Sebadelhe Sadio.
Data de nascimento — 28 de Junho de 1971.
Naturalidade — Lourenço Marques, Moçambique.
Habilitações académicas — licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico.
Carreira profissional na Administração Pública:

Desde Setembro de 2004 — chefe de divisão na Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado da Direcção-Geral do Património;

Desde Janeiro de 2004 — técnico superior de 1.ª classe na Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado da Direcção-Geral do Património;

De Setembro de 2000 a Janeiro de 2004 — técnico superior de 2.ª classe na Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado e na Direcção de Serviços do Aprovisionamento Público da Direcção-Geral do Património;

De Outubro de 1997 a Agosto de 2000 — técnico superior contratado na Direcção-Geral do Património.

Actividades profissionais relevantes:

Análise de processos de autorização de aquisição e de locação financeira de veículos bem como elaboração de estudos e relatórios no âmbito da Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado da Direcção-Geral do Património;

Membro do júri do concurso público internacional de aprovisionamento de veículos automóveis e motociclos — 2003;

Participação em representação da Direcção-Geral do Património no IDA e Procurement Working Group — grupo de trabalho da União Europeia responsável pela interligação na área do *e-procurement* entre as administrações dos Estados membros;

Participação na comissão executiva sectorial designada no âmbito da estrutura de missão reforma da administração patrimonial do Estado, na área do parque de veículos do Estado;

Participação no grupo de trabalho de gestão operacional da frota do Estado, com o objectivo de elaborar um estudo de viabilidade económico-financeira a adoptar num modelo de gestão da frota de veículos do Estado.

Formação profissional relevante — frequência e aprovação no seminário de alta direcção do INA.

Nota curricular

Nome — Luís Filipe Bandeira Santana.
Data de nascimento — 2 de Junho de 1948.
Naturalidade — Lisboa.
Habilitações académicas — licenciatura em Economia e bacharelato em Informática de Gestão pela Universidade Lusófona.
Carreira profissional:

Colaborador na Direcção-Geral do Turismo (de 15 de Outubro de 1973 a 30 de Junho de 1975);

Técnico auxiliar de turismo de 1.ª classe na Direcção-Geral do Turismo (de 1 de Julho de 1975 a 29 de Março de 1990);

Técnico auxiliar principal na Direcção-Geral do Turismo (de 30 de Março de 1990 a 19 de Março de 1998);

Técnico superior de 2.ª classe na Direcção-Geral do Turismo (de 20 de Março de 1998 a 11 de Junho de 2001);
 Técnico superior de 1.ª classe na Direcção-Geral do Património (de 12 de Junho de 2001 a 8 de Março 2005);
 Técnico superior principal na Direcção-Geral do Património (9 de Março de 2005);
 Chefe de divisão na Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado da Direcção-Geral do Património (24 de Março de 2003).

Actividades profissionais relevantes:

Coordenador de informática do Gabinete de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral do Turismo, com responsabilidade sobre a preparação de todos os trabalhos e a posterior execução;
 Participação na tarefa de codificação da base de dados HORECA referente à hotelaria, restauração e similares do País para processamento informático, a ser implementado conjuntamente com o INE;
 Designado para representante da Direcção-Geral do Turismo em reuniões da CICMEC, no Ministério da Economia, com o acompanhamento e elaboração do roteiro para apoio ao diagnóstico do ano 2000;
 Coordenador do Núcleo de Informática para a formação interna na Direcção-Geral do Património;
 Designado para representar a Direcção-Geral do Património na Comissão Nacional da Qualidade;
 Coordenador do grupo de trabalho para a aquisição de uma aplicação de *software* para a gestão documental e implementação;
 Chefe de divisão na Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado, assegurando o expediente ou correspondência necessária à instrução dos processos, subsequente emissão de despacho, sua classificação e interesse para o parque de veículos do Estado;
 Solicitar e analisar a situação jurídica das viaturas apreendidas e preparar a documentação necessária com vista à remoção de viaturas comunicadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro;
 Formação profissional relevante — frequência e aprovação no seminário de alta direcção do INA (cf. artigo 12.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro).

Despacho n.º 20 383/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Património publicitou, na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã*, de 29 de Abril de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 7.º do Decreto Regional n.º 44/80, de 30 de Agosto, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

Analizadas as quatro candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Alfredo Manuel da Silva Neves cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º, do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação da Direcção-Geral do Património o engenheiro Alfredo Manuel da Silva Neves, assessor principal do quadro da Direcção-Geral do Património.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do despacho.

6 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*

Curriculum vitae de Alfredo Manuel da Silva Neves

Breve resenha cronológica da actividade profissional com relevância para a Direcção-Geral do Património:

1979 — ingresso na função pública, no quadro da Administração Geral do Porto de Lisboa. Área funcional: obras;
 1984 — transferência para a Direcção-Geral do Património (DGP), com integração no respectivo quadro de pessoal. Área funcional: obras e avaliações;

1989 — nomeado chefe da Divisão de Planeamento Físico da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa. Área funcional: planeamento do território e urbanismo;
 1992 — nomeado chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação (DTOA) da Direcção-Geral do Património. Área funcional: obras e avaliações;
 1995 — suspensão da 2.ª comissão de serviço como chefe da DTOA para cumprimento de comissão de serviço como subdirector-geral na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Área funcional: planeamento do território e urbanismo;
 1998 — retoma das funções como chefe da DTOA na DGP. Área funcional: obras e avaliações;
 2000 — 1.º classificado no concurso para o lugar de chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação da DGP e nomeação em comissão de serviço (3.ª) como chefe da Divisão Técnica de Obras e Avaliação da DGP. Área funcional: obras e avaliações;
 2003 a 2005 — em exercício na função de chefe da DTOA da DGP.

Aspectos mais relevantes da produção profissional relacionada com a Direcção-Geral do Património:

Autor da organização e implementação da DTOA;
 Autoria e implementação dos relatórios tipo para realização de avaliações, ainda em vigor na DGP;
 Percursor na introdução e implementação da análise estatística como ferramenta para a realização de avaliações na Direcção-Geral do Património;
 Publicou no *site* da DGP um texto, para consulta geral, intitulado «Princípios orientadores para a realização de avaliações», fundamentado nos mais recentes desenvolvimentos científicos relativos ao tema da avaliação imobiliária.

Formação profissional:

Formatura em Engenharia Civil, ramo Estruturas, pelo IST, com média final de 15 valores;
 Participação em vários congressos de avaliadores, nomeadamente: IV e VIII COBREAP (Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias), realizados, respectivamente, em Natal (1993) e Florianópolis (1997), no Brasil; I Congresso Nacional de Avaliações, promovido pela APAE (Associação Portuguesa de Avaliadores de Engenharia) em 2000, com apresentação de um trabalho; I Congresso Internacional de Tasación y Valoración, promovido pela Universidade Técnica de Valência (Espanha), em 2002;
 Diversos cursos na área da avaliação imobiliária;
 Diversos cursos de informática na óptica do utilizador;
 Frequência do seminário de alta direcção promovido pelo INA entre 7 e 11 de Março de 2005.

Diversos:

Vários artigos publicados em jornais e revistas nacionais sobre o tema «Avaliações»;
 Louvor emitido pelo director-geral da DGP na altura da interrupção da comissão de serviço de chefe de divisão para tomar posse do lugar de subdirector-geral da DGOTDU;
 Despacho de nomeação com base em relevante interesse público, emitido pelo então Ministro do Planeamento.

Despacho n.º 20 384/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Património publicitou, na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã*, de 29 de Abril de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Serviços Jurídicos, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

Analizadas as quatro candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Rita Maria Góis de Carvalho cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequam às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º, 21.º, n.º 8, e 37.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de chefe de divisão de Serviços Jurídicos da Direcção-Geral do Património a licenciada Rita Maria Góis